



Trabalho & Educação

A RELEVÂNCIA DA ESCOLARIZAÇÃO PARA A EMPREGABILIDADE DO MARANHENSE

WWW.IMESC.MA.GOV.BR



**GOVERNADOR DO
ESTADO DO MARANHÃO**
Flávio Dino de Castro e Costa

**VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO
MARANHÃO**
Carlos Orleans Brandão Junior

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE
PROGRAMAS ESTRATÉGICOS**
Luis Fernando Silva

**PRESIDENTE DO INSTITUTO
MARANHENSE DE ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS**
Dionatan Silva Carvalho

**DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E
CARTOGRÁFICOS**
Luiz Jorge Bezerra Dias

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS
Hiroshi Matsumoto

**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS
POPULACIONAIS E SOCIAIS**
Talita de Sousa Nascimento

**DEPARTAMENTO DE CONTAS
REGIONAIS E FINANÇAS PÚBLICAS**
Anderson Nunes Silva

**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS
REGIONAIS E SETORIAIS**
Geilson Bruno Pestana Moraes

ELABORAÇÃO
Raphael Bruno Bezerra
Patrícia Natália Santos Silva
Haniel Ericeira Rodrigues

REVISÃO TÉCNICA
Geilson Bruno Pestana Moraes
Hiroshi Matsumoto

REVISÃO DE LINGUAGEM
Yamille Priscilla Castro
Carla Vitória Mendes

NORMALIZAÇÃO
Dyana Pereira

CAPA/DIREÇÃO DE ARTE
Carliane Sousa

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-
IMESC

Educação e Trabalho: a relevância da escolarização para a
empregabilidade do maranhense / Instituto Maranhense de Estudos
Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC. São Luís: IMESC, 2021.

26 p.

ISBN 978-65-87226-16-3

1. Educação 2. Mercado de Trabalho. 3. Maranhão. I. Título.

CDU: 37:331.5 (812.1)



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES EDUCACIONAIS NO MARANHÃO	8
3. Escolaridade média do trabalhador maranhense	13
3.1. Evolução do nível de Instrução do trabalhador formal	15
3.2. Perfil do trabalhador formal.....	19
3.3. Remuneração do trabalhador formal	21
4. CONCLUSÃO	24
REFERÊNCIAS	26

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Maranhão: Número de matrículas por etapa de ensino 2007 a 2019....	9
Tabela 2 - Maranhão: Estoque de empregos formais por setores econômicos e nível de instrução em 2019, variação anual (a.a.) 2006-2019.....	16
Tabela 3 - Maranhão: Ocupações formais mais recorrentes por nível de instrução em 2019	20

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Maranhão: Evolução da taxa de escolarização - 2016 a 2019 (%)	8
Gráfico 2 - Maranhão: Participação das matrículas nas modalidades da educação profissional (%) – 2007 e 2019.....	10
Gráfico 3 - Maranhão: Número de matrículas no ensino superior na rede pública e privada e número de instituições de ensino superior – 2008 a 2019.....	11
Gráfico 4 – Maranhão: Participação de pessoas de 14 anos ou mais de idade, por nível de instrução – 2012 - 2019.....	13
Gráfico 5 - Maranhão: Taxa de Participação da Força de Trabalho, por nível de instrução - 2019.....	14
Gráfico 6 – Maranhão: Taxa de desocupação por nível de instrução – 2019	14
Gráfico 7 - Maranhão e Brasil: Anos de estudo médio dos ocupados - 2019.....	15
Gráfico 8 - Maranhão: Evolução da participação dos vínculos formais nos setores econômicos, por nível de instrução – 2006 - 2019	17
Gráfico 9 – Maranhão: Proporção dos vínculos formais, por nível de instrução – 2006 – 2019	18
Gráfico 10 - Maranhão: Proporção de empregados formais por escolaridade e faixa de idade no Maranhão – 2019.....	19
Gráfico 11 - Maranhão: Proporção de empregados formais por nível escolaridade e gênero no Maranhão - 2019	20
Gráfico 12 - Maranhão: Participação de vínculos formais, por faixa salarial e nível de instrução - 2019	21
Gráfico 13 - Maranhão: Evolução do salário médio real por nível de instrução – inflacionados pelo IPCA a preços de dez/20 - 2006 - 2019.....	22
Gráfico 14 - Maranhão: Retorno salarial médio para trabalhadores com o ensino superior completo – por setores econômicos - inflacionados pelo IPCA a preços de dez/20 - 2006 - 2019.....	22
Gráfico 15 - Maranhão: Trabalhadores formais com o ensino superior completo inseridos em ocupações de nível médio ou inferior - 2006 - 2019.....	23



APRESENTAÇÃO

A presente publicação apresenta dados sobre a evolução da escolarização dos trabalhadores maranhenses. Para isso, são abordados indicadores educacionais e de mercado de trabalho, que dimensionam a oferta e a demanda de emprego considerando o grau de instrução da população, a saber: Taxa de escolarização; Número de matrículas na rede de ensino; Taxa de Participação da Força de Trabalho; Evolução do estoque de empregos formais - considerando recortes por setor econômico, gênero e faixa etária; Evolução do salário médio real; Retorno salarial médio; dentre outras informações.

Boa leitura!

1. INTRODUÇÃO

A alta taxa de desemprego no Brasil, decorrente de um mercado trabalho instável, tem se tornado grande motivo de preocupação para a sociedade em geral. Desse modo, além da incerteza, existe um outro fator que contribui para essa retração, encontrado na qualificação profissional. O contingente de pessoas excluídas do mercado de trabalho, em sua maioria, é resultado de pouca ou nenhuma qualificação: quanto menor é o nível escolar, maiores serão as chances de exclusão social.

Diante das inovações tecnológicas e organizacionais, ampliou-se o consenso em torno da ideia de que níveis educacionais mais elevados tornaram-se pré-requisitos para que os trabalhadores estejam aptos a lidar com essa nova realidade. A escolaridade passa a ser um recurso inadiável de elevação da qualidade da mão de obra, já que há correlação direta entre baixa escolaridade e menor qualidade ocupacional. Sob esta perspectiva, o mercado de trabalho torna-se cada vez mais seletivo e o papel da educação reconfigura-se para alcançar a equidade entre empregabilidade e maior remuneração, e ao expandir a sua oferta, torna-se fundamental ao processo.

Essa realidade aplica-se também ao Maranhão. Sabe-se que no estado ao menos 30% do contingente populacional analfabeto estava trabalhando ou buscando alguma ocupação, ao passo que 84% dos maranhenses que haviam completado o ensino superior estavam inseridos na força de trabalho. Considerando o mercado de trabalho formal, dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) indicam que em 2019, os trabalhadores com o ensino médio completo representavam mais da metade do estoque de empregos formais do estado. Em contraste, os vínculos com escolaridade inferior detinham aproximadamente 15% da totalidade de empregos.

Diante do quadro exposto, o presente trabalho apresenta a evolução da escolaridade média do trabalhador maranhense, considerando a oferta de trabalho, o estoque de empregados formais e a repercussão sobre o salário médio real.



Dinâmica

EDU CA CIO NAL

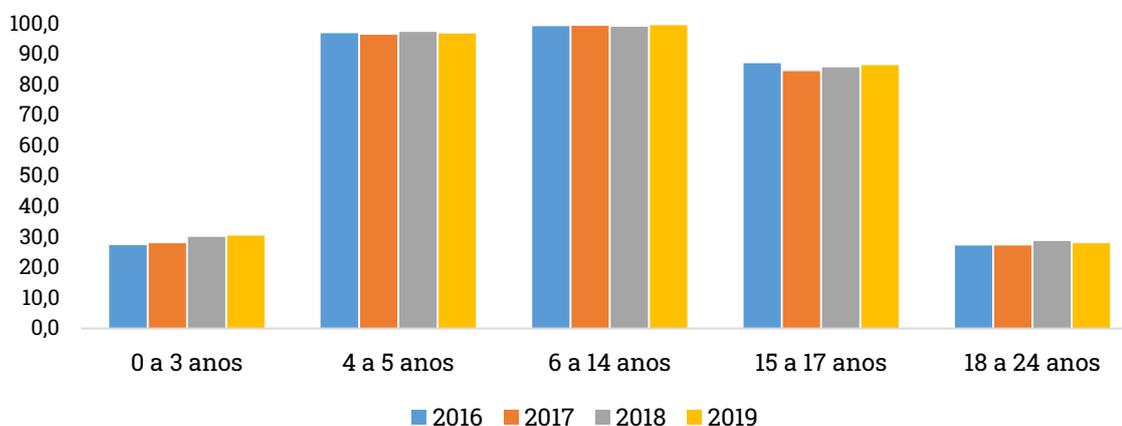


2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES EDUCACIONAIS NO MARANHÃO

Com base nos dados do Censo Escolar e do Censo da Educação Superior divulgados pelo Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), a presente seção apresentará uma sucinta análise do acesso à educação no Maranhão entre 2007 e 2019.

O **Gráfico 1** exhibe a taxa de escolarização, ou seja, o percentual de estudantes de determinada faixa etária no total de pessoas do mesmo grupo etário. Observa-se que o grupo que compreende as crianças e adolescentes de 6 a 14 anos está praticamente universalizado educacionalmente, o que atinge 99,5% de inserção em 2019. Em patamar análogo, a faixa etária de 4 a 5 anos alcançou 96,7% de estudantes no mesmo período. As crianças com faixa etária entre 0 e 3 anos apresentaram maior crescimento, passando de 27,3%, em 2016, para 30,5%, em 2019, o que reflete a maior disseminação de pré-escolas e creches. Contrastando com as evoluções apresentadas, torna-se necessária a maior participação escolar de adolescentes entre 15 a 17 anos, pois 13,6% desses estavam fora da escola. A situação da população da faixa etária de 18 a 24 anos é ainda mais desafiadora, uma vez que apenas 28,0% do grupo etário está matriculado em alguma instituição de ensino.

Gráfico 1 - Maranhão: Evolução da taxa de escolarização - 2016 a 2019 (%)



Fonte: PNADc – IBGE

De acordo com a PNAD Contínua, a população maranhense apresentou uma tênue elevação da sua escolaridade média. Em 2016, a média de anos de estudos da população de 18 a 29 anos foi de 10,2 anos, enquanto que no ano de 2019, foi alcançado 10,8 anos, o que equivale ao ensino médio incompleto, uma vez que são necessários 12 anos de estudo para concluir a última etapa da educação básica.

Considerando o Censo Escolar referente ao ano de 2019, o Maranhão registrou um total de 1.993.909 matrículas na Educação Básica. A **Tabela 1** registra o número de matrículas por etapa de ensino. Pode-se destacar a trajetória da educação profissional,

que em 2019 apontou um crescimento de 101,7% em comparação a 2007, um incremento de 22.244 matrículas. Outra etapa de ensino que também apresentou avanço no período analisado foi a educação infantil, registrando aumento de 23.411 matrículas em comparação a 2007, o que representa uma elevação de 7%, decorrente principalmente, do aumento do número de matrículas na creche. Por outro lado, considerando o mesmo período, o ensino fundamental, o ensino médio e a educação de jovens e adultos apresentaram redução da quantidade de alunos, muito embora as matrículas no ensino médio tenham apresentado alta em termos de participação, passando de 13,7%, em 2007, para 14,4%, em 2019, devido ao ritmo mais intenso de desmobilização de outras etapas de ensino.

Tabela 1 – Maranhão: Número de matrículas por etapa de ensino 2007 a 2019

Etapa de Ensino	2007	2010	2013	2016	2019
Educação Infantil	336.440	327.414	343.518	336.569	359.851
Ensino Fundamental	1.422.111	1.363.049	1.287.895	1.217.005	1.153.446
Ensino Médio	316.471	318.324	308.815	319.656	290.250
Educação de Jovens e Adultos	212.778	199.492	185.991	143.849	165.341
Educação Profissional	21.866	25.607	29.691	35.897	44.110

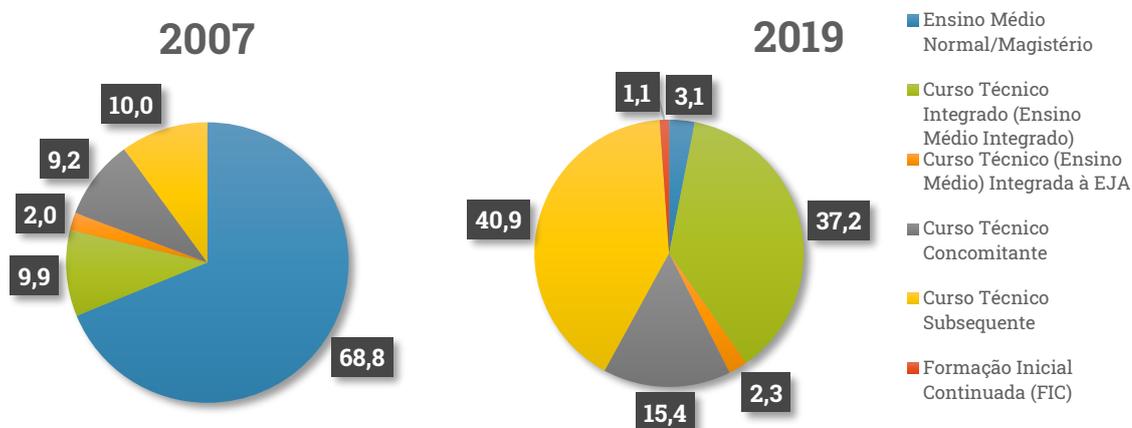
Fonte: Censo Escolar – Inep/MEC

Em relação ao ensino médio e a educação profissional é importante destacar a expansão do ensino médio integrado à educação profissional, modalidade em que os alunos desenvolvem o ensino médio e o ensino profissionalizante em um curso único, traduzindo-se na articulação entre trabalho e escola. Considerando o **Gráfico 2**, pode-se observar o crescimento da modalidade técnico integrado (ensino médio integrado), que em 2007 representava 9,9% das matrículas totais da educação profissional, expandindo para 37,2% em 2019, em termos absolutos reflete a variação de 2.172 para 16.427 matrículas.

Paralelamente, também é possível notar o recuo do ensino médio normal/magistério – curso de nível médio de formação de professor para atuar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental – que em 2007, representava 68,8% das matrículas da educação profissional e em 2019 passou a apresentar somente 3,1% do total. A involução é consonante ao Plano Nacional de Educação prevê que todos os professores da Educação Básica tenham ensino superior em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam até 2024.

Pode-se apontar, ainda, o crescimento da categoria de curso técnico subsequente, que diferentemente do curso técnico integrado, só pode ser realizado pelos estudantes que já concluíram o ensino médio. Em 2007, apenas 10,0% das matrículas da educação profissional pertenciam a essa modalidade, já em 2019 esse percentual passou para 40,9%, tornando-se a modalidade com maior participação das matrículas da educação profissional no último ano.

Gráfico 2 - Maranhão: Participação das matrículas nas modalidades da educação profissional (%) – 2007 e 2019



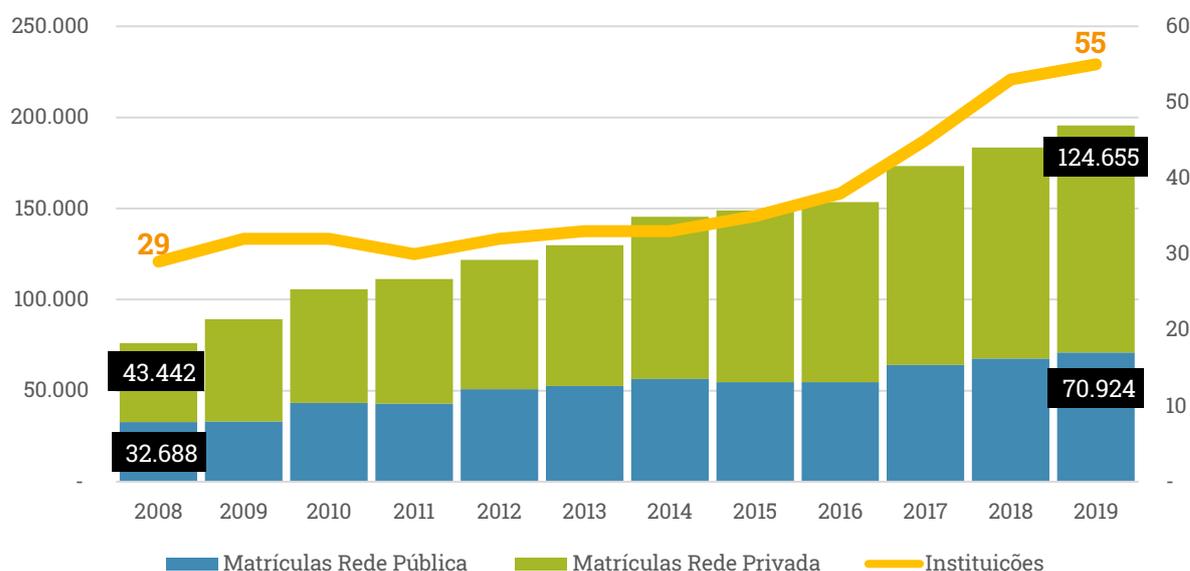
Fonte: Censo Escolar – Inep/MEC

A expansão do número de matrículas da educação profissional no Maranhão entre 2007 e 2019 está associada ao crescimento do número de estabelecimentos que ofertavam esse tipo de modalidade de ensino, que apresentou alta de 31% no período. Esse fomento pode ser atribuído ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, elaborado em 2005 com o objetivo de melhorar a distribuição espacial e a cobertura das instituições de ensino e, conseqüentemente, ampliar o acesso da população à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no país. Em consonância a este dispositivo, em 2015, foi criado o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, com o objetivo de ampliar a oferta de educação profissional, científica e tecnológica no estado. Desse modo, em 2019, o Maranhão contava com 29 IFMA's e 13 unidades plenas do IEMA, com previsão para triplicar esse quantitativo até o final de 2022.

A trajetória de ampliação também pode ser observada no ensino superior. Conforme dados do Censo da Educação Superior, o Maranhão registrou aumento de 156,9% no número de matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância entre os anos de 2008 e 2019, alcançando, assim, 195.579 matrículas no último ano da série. Considerando a categoria administrativa, a rede privada expandiu 186,9%, o que representou aumento de participação, passando de 57,1%, em 2008, para 63,7%, em 2019.

O número de instituições de ensino superior, passou de 29 no ano de 2007 para 55 em 2019, o que corresponde a uma elevação de 89,7%. O número de faculdades, por sua vez, dobrou nesse mesmo período chegando a 48 estabelecimentos em 2019.

Gráfico 3 - Maranhão: Número de matrículas no ensino superior na rede pública e privada e número de instituições de ensino superior – 2008 a 2019



Fonte: Censo da Educação Superior – Inep/MEC

Sob o discurso de ampliação e democratização do acesso ao ensino superior, o Ministério da Educação criou dois programas notórios: o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni). O Fies foi instituído pela Lei 10.260, de 12 de julho de 2001, com o objetivo de conceder financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC e ofertados por instituições de educação superior não gratuitas aderentes ao programa. Ao longo dos anos, o programa passou por diversas modificações, como redução da taxa de juros e aumento do período de carência e período de amortização. Mas desde 2018, passou a funcionar em diferentes modalidades, o que possibilita juros zero para estudantes que mais precisam e uma escala de financiamentos que varia conforme a renda familiar do estudante. O financiado começará a pagar as prestações respeitando o seu limite de renda, fazendo com que os encargos a serem pagos diminuam consideravelmente. Além disso, possui uma modalidade destinada para estudantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste.

O Prouni foi criado em 2004, regido pela Lei 11.096, com a finalidade de conceder bolsas de estudos integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas. Para concorrer às bolsas integrais, o estudante deve comprovar renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até 1,5 salário mínimo. Para as bolsas parciais (50%), a renda deve ser de até 3 salários mínimos por pessoa. E os bolsistas parciais ainda tem a opção de utilizar o Fies para custear os outros 50% da mensalidade.

Estes programas são relevantes para o acesso de estudantes de baixa renda à educação superior. Em 2019, cerca de 22% das matrículas em cursos de graduação foram oriundas do Prouni e Fies.

3. ESCOLARIDADE MÉDIA DO TRABALHADOR MARANHENSE

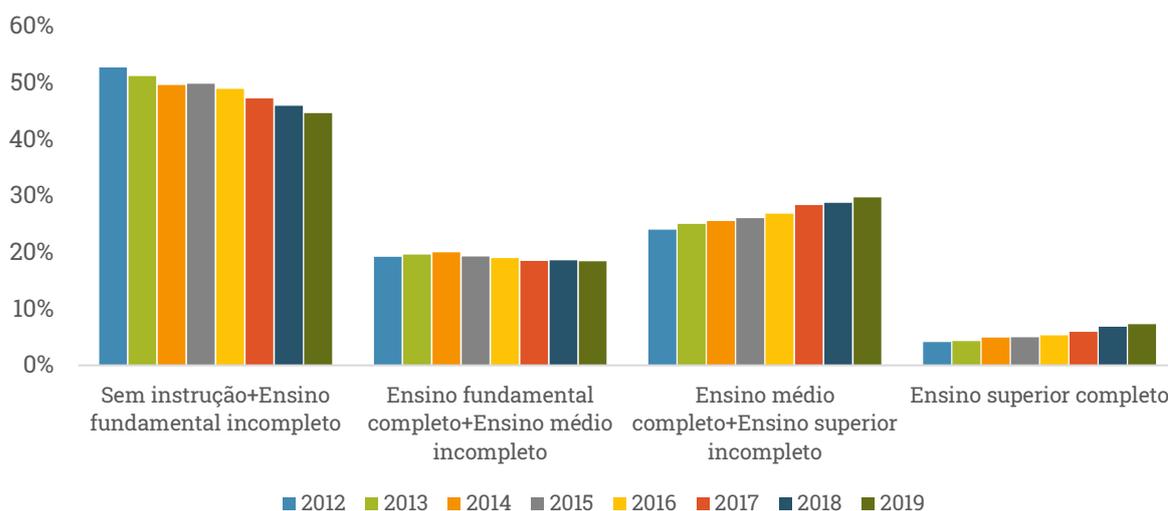
Conforme visto na seção anterior, a escolaridade média da população maranhense evoluiu nos últimos anos. Segundo dados da PNADc, divulgada pelo IBGE, a proporção da população que possuía como titulação máxima o ensino médio subiu de 24% em 2012 para 30% em 2019. Apresentando a mesma trajetória, os que concluíram o ensino superior ampliaram a participação no período. Por outro lado, o percentual de residentes sem alfabetização recuou oito pontos percentuais (p.p.) no mesmo período.

Em relação à elevada taxa de analfabetização da população maranhense, aponta-se que quanto maior a faixa etária do grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. Em 2019, eram pouco mais de 400 mil analfabetos maranhenses com 60 anos ou mais, o que equivale a uma taxa de analfabetismo de 45,9% para esse grupo etário.

Ao incluir, gradualmente, os grupos etários mais jovens, observa-se queda no analfabetismo: para 29,2% entre as pessoas com 40 anos ou mais, 20,2% entre aquelas com 25 anos ou mais e 16,9% entre a população de 15 anos ou mais.

Esses resultados indicam que as gerações mais novas estão tendo um maior acesso à educação e sendo alfabetizadas ainda enquanto crianças.

Gráfico 4 – Maranhão: Participação de pessoas de 14 anos ou mais de idade, por nível de instrução – 2012 - 2019

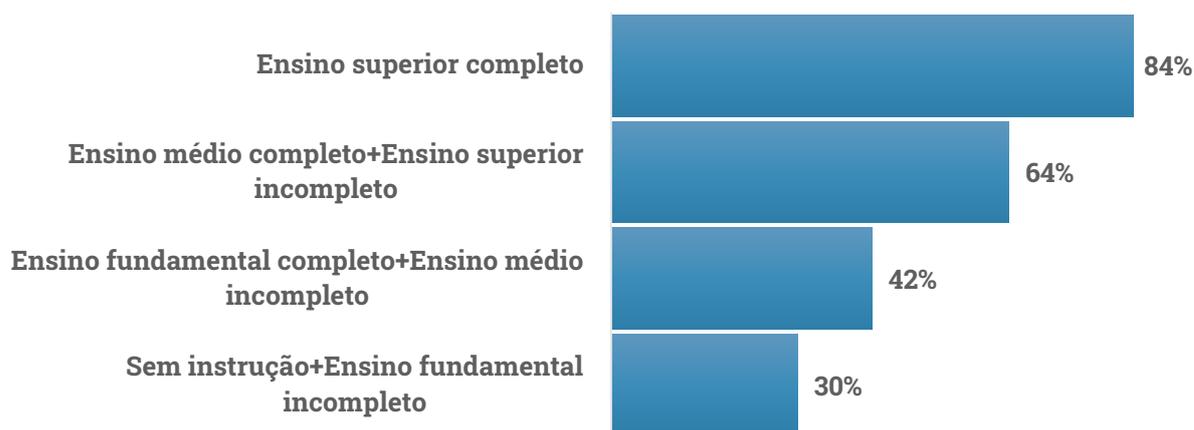


Fonte: PNADc - IBGE

Como efeito da expansão escolar, a taxa de participação da força de trabalho – o número de pessoas trabalhando ou procurando emprego em relação à população com idade entre 14 e 64 anos, pertencente ao mesmo grau educacional – mostra-se diretamente proporcional aos anos de estudos. Assim, em 2019, cerca de 84% da

população maranhense que havia completado o ensino superior estava inserida na força de trabalho. Por outro lado, apenas 30% do contingente populacional analfabeto, ou que não concluiu o ensino fundamental, estava trabalhando ou buscando alguma ocupação.

Gráfico 5 - Maranhão: Taxa de Participação da Força de Trabalho, por nível de instrução - 2019

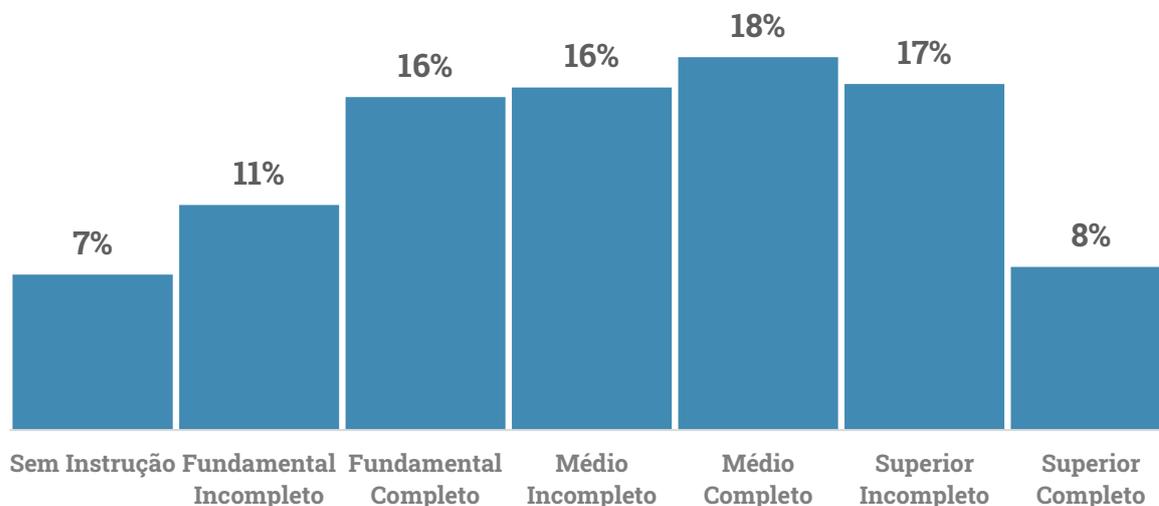


Fonte: PNADc – IBGE

Conforme

Gráfico 6, a expressiva taxa de desocupação dentre a população que possui no mínimo o nível fundamental completo reflete a sua maior dinâmica e inserção no mercado de trabalho. Uma vez que a taxa é um percentual da força de trabalho, essa retrata que pessoas são admitidas e demitidas mais frequentemente em um mercado que cada vez demanda mais trabalhadores qualificados

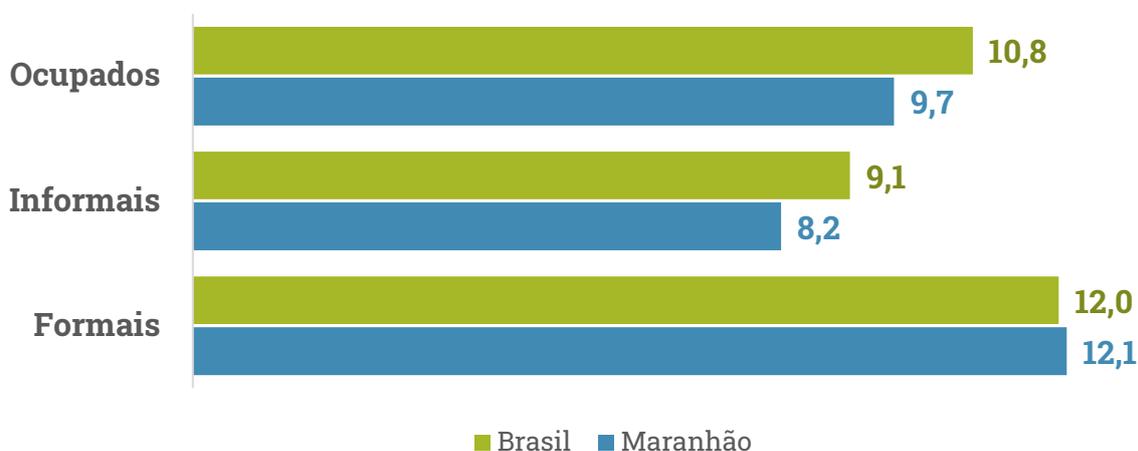
Gráfico 6 – Maranhão: Taxa de desocupação por nível de instrução – 2019



Fonte: PNADc – IBGE

Conforme **Gráfico 7** abaixo, as pessoas ocupadas no Maranhão estudaram em média 9,7 anos em 2019, equivalente ao ensino médio incompleto. A falta de oportunidades atrelada a carência em qualificação profissional, torna a via informal como principal forma de inserção ao mercado de trabalho para os trabalhadores menos escolarizados. Como reflexo, os trabalhadores informais do Maranhão estudaram em média 8,1 anos, inferior à média nacional (9,1 anos). Os que trabalhavam em postos formais, por sua vez, apresentaram 12,1 anos em média, valor análogo ao registrado nacionalmente (12 anos).

Gráfico 7 - Maranhão e Brasil: Anos de estudo médio dos ocupados - 2019



Fonte: PNADc – IBGE

3.1. Evolução do nível de Instrução do trabalhador formal

A evolução do perfil populacional aponta tendência de elevação da escolaridade média dos trabalhadores. Conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais (**Tabela 2**), a alta anual de 4,3% no nível de emprego formal entre os anos de 2006 e 2019 foi acompanhada de um crescimento de 6,2% a.a. no contingente de trabalhadores mais escolarizados – aqueles com o ensino médio completo ou superior –, enquanto os menos escolarizados (com escolaridade máxima do ensino fundamental) recuaram 0,5% a.a. Desta forma, alteraram-se as participações relativas no total de emprego, com o recuo da parcela de empregados que haviam completado apenas o ensino fundamental, de 10,9 %, em 2006, para 6,0%, em 2019. Ao passo que a população empregada no setor formal da economia maranhense que possuía o ensino médio completo ampliou a sua participação no mesmo período, de 51,7% para 55,3%, respectivamente, impulsionada pela alta anual de 4,9% a.a.

Tabela 2 - Maranhão: Estoque de empregos formais por setores econômicos e nível de instrução em 2019, variação anual (a.a.) 2006-2019

Estoque de empregos formais em 2019				
Setores	Analfabeto	Fundamental Completo	Médio Completo	Superior Completo
Extrativa mineral	9	169	839	398
Indústria de transformação	391	3.216	21.178	2.377
Serviços industriais de utilidade pública	14	218	2.114	1.178
Construção Civil	343	5.362	19.516	1.451
Comércio	302	6.415	121.685	8.578
Serviços	626	10.755	128.516	43.196
Administração Pública	685	16.061	118.588	142.806
Agropecuária	710	3.428	6.728	613
Total	3.080	45.624	419.164	200.597
Variação anual (a.a.) - 2006 - 2019				
Extrativa mineral	3,2%	1,9%	13,5%	27,5%
Indústria de transformação	-0,5%	-1,7%	4,8%	6,4%
Serviços industriais de utilidade pública	-5,4%	-7,1%	-1,1%	5,2%
Construção Civil	4,1%	2,1%	7,7%	6,8%
Comércio	2,6%	-0,9%	6,7%	13,6%
Serviços	-6,0%	-0,5%	6,9%	10,2%
Administração Pública	4,8%	-1,2%	1,6%	10,2%
Agropecuária	-4,9%	6,7%	10,5%	12,6%
Total	-2,0%	-0,4%	4,9%	10,2%

Fonte: RAIS – SEPRT/ME

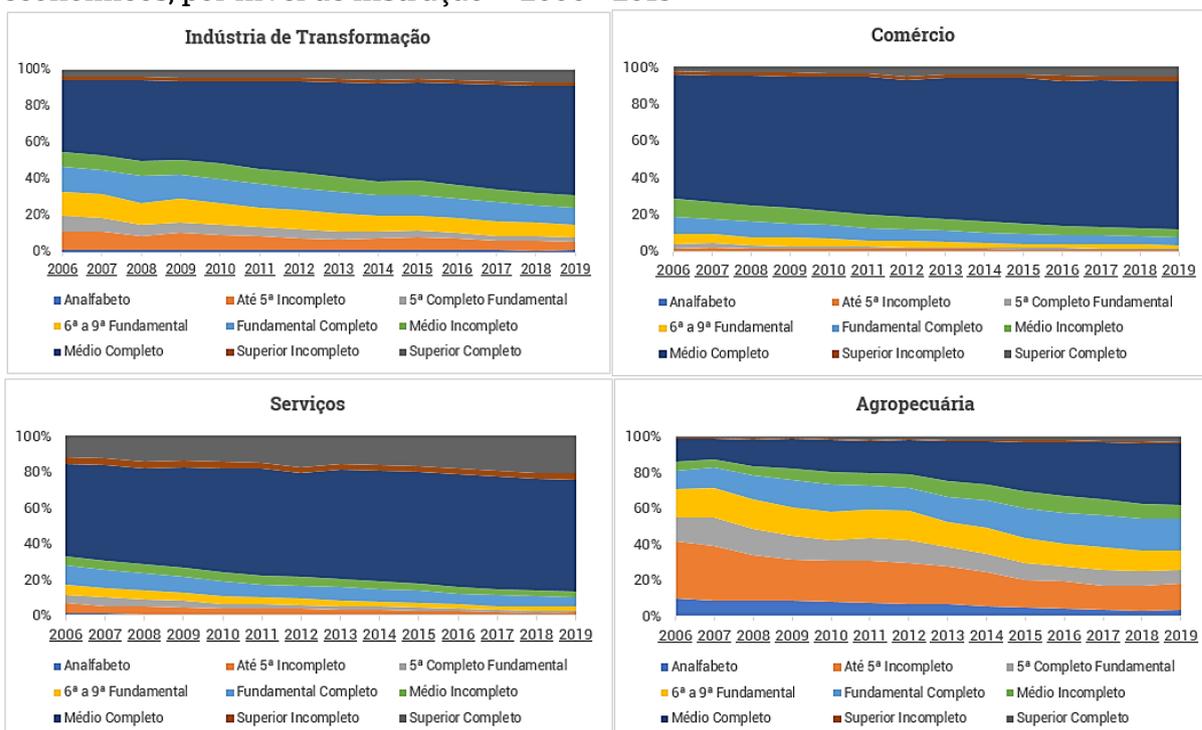
A queda da parcela de trabalhadores com ensino fundamental completo entre os empregados formais do Maranhão, embora disseminada na maior parte dos setores, apresentou intensidade diferenciada. Apenas nos Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) apurou-se recuo superior a 2% a.a. do estrato menos escolarizado. Quando considerada a mão de obra analfabeta, houve maior intensidade de desligamentos no setor de Serviços, cuja participação total em 2019 foi inferior a 0,3% do estoque de empregados formais no segmento.

Em sete dos oito setores econômicos destacados houve, entre 2006 e 2019, alta do emprego total acompanhada de elevação proporcionalmente mais acentuada da camada de empregados com o ensino médio completo, que resultou em participação majoritária na maior parte dos setores no ano de 2019. Em quadro ainda mais favorável encontra-se os qualificados com ensino superior, que atingiram elevação em todos os setores, e, desta forma, tendo sua participação ampliada, passando de 12,9%, em 2006, para 26,5%, em 2019. Aponta-se que em 2019 mais de 70% da mão de obra formal titulada com o mais alto grau de escolaridade estava inserida na Administração Pública.

Em suma, os resultados indicam uma tendência de substituição de trabalhadores não qualificados por mão de obra com titulação intermediária no mercado de trabalho, em especial os trabalhadores que concluíram o ensino médio, o que reforça aspectos da ampliação da oferta educacional nos últimos anos e dá maior seletividade do mercado.

O **Gráfico 8**, por sua vez, exhibe dados acerca da participação relativa dos empregados por segmentos selecionados, conforme o nível de qualificação educacional, entre 2006 e 2019.

Gráfico 8 - Maranhão: Evolução da participação dos vínculos formais nos setores econômicos, por nível de instrução – 2006 - 2019



Fonte: RAIS – SEPR/ME

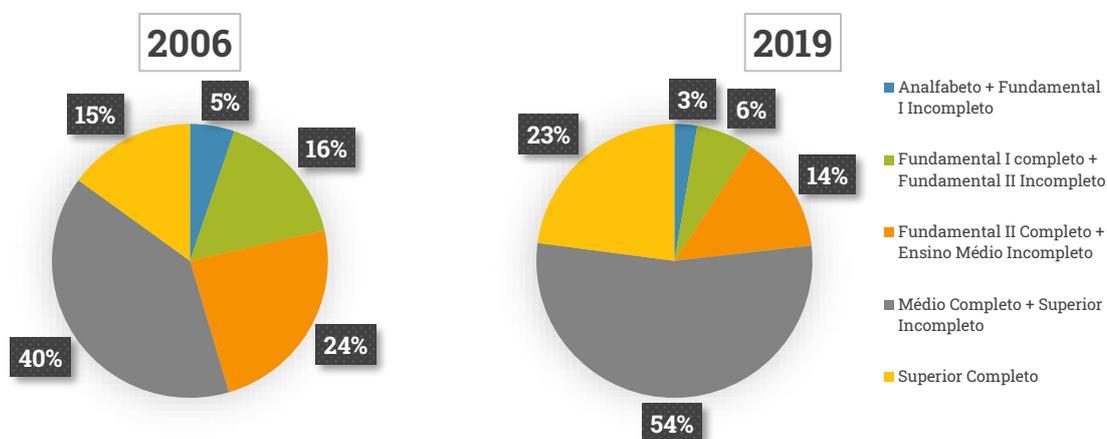
Em todos os setores verifica-se a relevância do crescimento relativo de trabalhadores formais que concluíram o ensino médio. Entre 2006 e 2019, a Indústria de Transformação e os Serviços apresentaram aumento nas participações de trabalhadores egressos do ensino secundário, de 39% e 52% para 60% e 62%, respectivamente.

No que se refere ao ensino superior, a inserção na Indústria apresentou variação positiva, passando de 4% para 7%, enquanto nos Serviços a participação relativa quase dobrou, elevando-se de 12% para 21%, indicando processo relevante de fluxo de trabalho mais qualificado no setor terciário da economia.

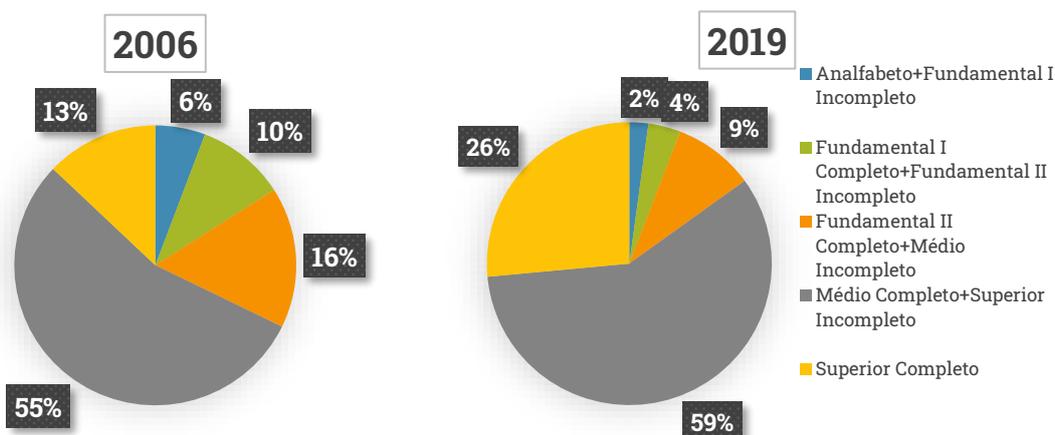
Diante da dinâmica apresentada, o emprego formal maranhense configurou-se da seguinte forma em 2006 e 2019 (**Gráfico 9**).

Gráfico 9 – Maranhão: Proporção dos vínculos formais, por nível de instrução – 2006 – 2019

Brasil



Maranhão



Fonte: RAIS – SEPRT/ME

O **Gráfico 9** indica aumento de vulnerabilidade do grupo dos maranhenses menos qualificados no mercado de trabalho formal. O aumento da oferta e demanda relativa por trabalhadores com titulações mais elevadas resulta em recuo do nível de ocupação do grupo menos qualificado. Em 2019, os trabalhadores com ensino médio completo representavam mais da metade do estoque de empregos formais do estado. Em contraste, os vínculos com menor escolaridade detinham pouco mais de 15% da totalidade de empregos, aproximadamente metade da participação registrada em 2006.

Considerando os dados registrados no país, é possível notar uma dinâmica análoga. A proporção de vínculos formais dos empregos de menor qualificação

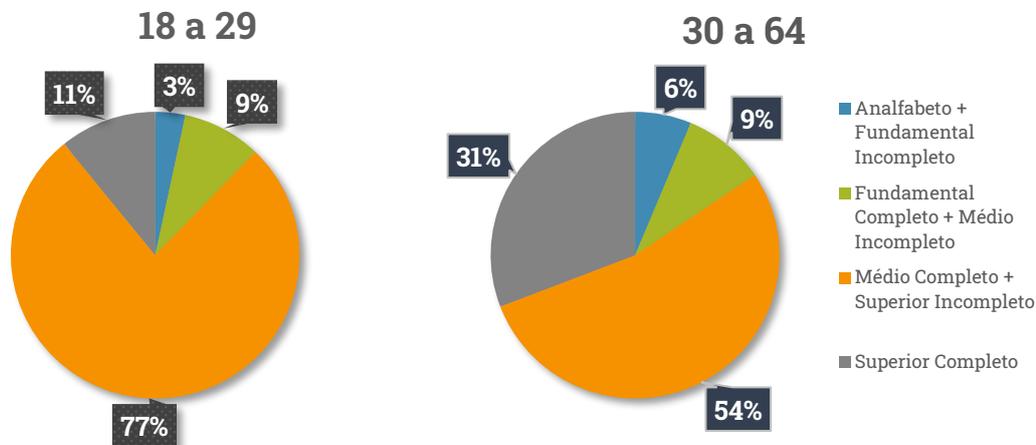
apresentaram recuo, saindo de 45% para 23%, enquanto os trabalhadores que possuíam no mínimo o ensino médio completo e o superior cresceram, passando de 39% para 54% e 14 para 23%, respectivamente.

3.2. Perfil do trabalhador formal

Considerando os dados de escolaridade máxima por faixa etária no Maranhão em 2019, é possível constatar que a principal distinção entre os empregados formalizados com idade entre 18 e 29 anos em relação aos de 30 a 64, é a maior proporção dos últimos entre os trabalhadores graduados com ensino superior, conforme evidencia o **Gráfico 10**.

Por outro lado, o percentual de analfabetos, ou com ensino fundamental incompleto, é menor na faixa de 18 a 29 anos, porque, de modo geral, a contratação desses trabalhadores não atende às novas exigências do mercado. Desta forma, a faixa etária mais jovem possui a maior parte do seu contingente formado por trabalhadores que concluíram o ensino médio.

Gráfico 10 - Maranhão: Proporção de empregados formais por escolaridade e faixa de idade no Maranhão – 2019



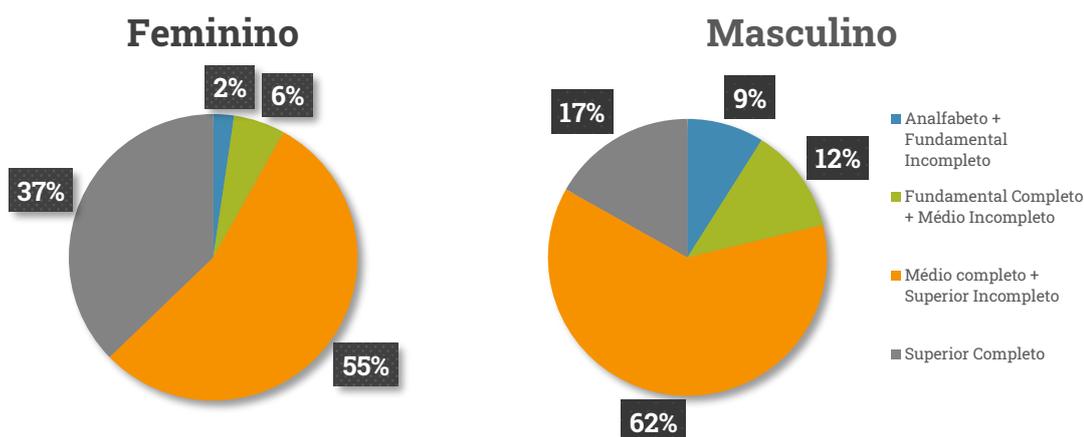
Fonte: RAIS – SEPRT/ME

Na relação por gênero, o total de mulheres com nível superior representa mais do que o dobro do número de homens, porém, a inserção na força de trabalho é maior entre os homens, com 96%, enquanto as mulheres com ensino superior alcançam 86% do total. Fatores como a maior dedicação aos estudos, afazeres domésticos e discriminação adiam a entrada das mulheres no mercado de trabalho.

O **Gráfico 11** retrata a relação por gênero, evidenciando que as mulheres inseridas no mercado de trabalho formal possuem qualificação, no geral, superior a dos homens.

Apesar de ambos possuírem o Ensino Médio como a formação majoritária, a principal disparidade é a maior participação de mulheres com nível superior completo (37%), mais que o dobro registrado quando considerado o gênero masculino. Ademais, vale destacar que tanto a proporção de analfabetos, quanto à de trabalhadores com fundamental completo, são menores no universo de trabalho feminino, com apenas 2% e 6%, respectivamente.

Gráfico 11 - Maranhão: Proporção de empregados formais por nível escolaridade e gênero no Maranhão - 2019



Fonte: RAIS – SEPRT/ME

A **Tabela 3** exhibe as profissões formais mais recorrentes em 2019, considerando o nível de instrução dos ocupados. É possível notar a grande diversidade de profissões do mercado de trabalho maranhense, a maior parte associada aos setores de Comércio e Serviços. Dentre os que possuem ensino superior completo, há prevalência de empregos no magistério.

Tabela 3 - Maranhão: Ocupações formais mais recorrentes por nível de instrução em 2019

Analfabeto	Fundamental Completo	Médio Completo	Superior Completo
Trabalhador da pecuária	Faxineiro	Assistente administrativo	Professor de nível superior do ensino fundamental
Faxineiro	Vigia	Vendedor de comércio varejista	Assistente administrativo
Servente de obras	Zelador de edifício	Auxiliar de escritório	Professor de nível médio no ensino fundamental
Trabalhador volante da agricultura	Trabalhador de serviços de limpeza	Técnico de enfermagem	Professor de língua portuguesa do ensino fundamental
Trabalhador agropecuário	Servente de obras	Operador de caixa	Professor de nível superior na educação infantil
Vigia	Agente comunitário de saúde	Faxineiro	Professor da EJA do ensino fundamental
Trabalhador de serviços de limpeza	Assistente administrativo	Agente comunitário de saúde	Enfermeiro
Estivador	Vigilante	Vigilante	Farmacêutico
Trabalhador de extração florestal	Motorista de caminhão	Vigia	Auxiliar de escritório

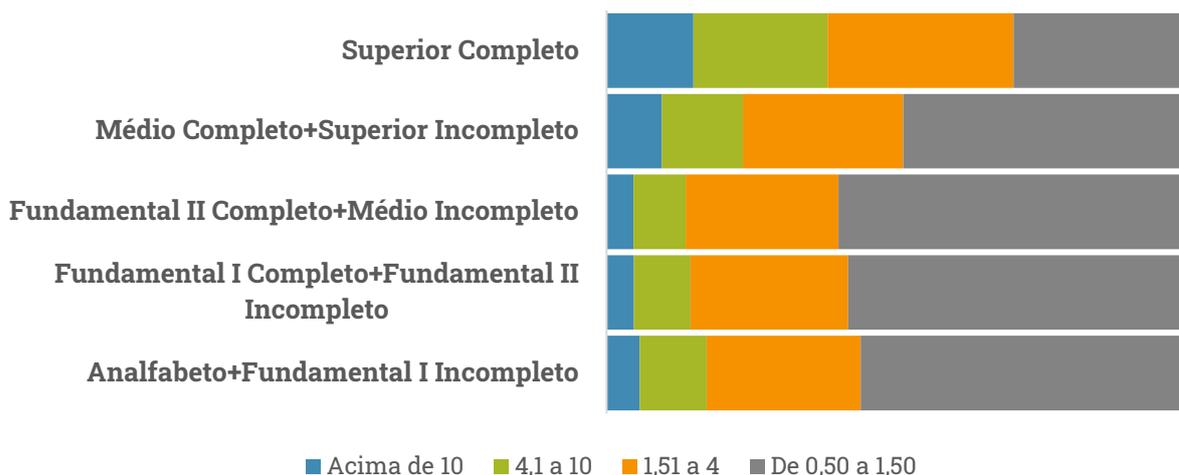
Zelador de edifício	Carregador (armazém)	Motorista de caminhão	Professor de nível médio na educação infantil
Vigilante	Pedreiro	Repositor de mercadorias	Escriturário de banco
Trabalhador da cultura de cana-de-açúcar	Vendedor de comércio varejista	Trabalhador de serviços de limpeza	Administrador
Pedreiro	Auxiliar de escritório	Zelador de edifício	Professor de ciências exatas e naturais do ensino fundamental
Copeiro	Trabalhador da manutenção de edificações	Recepcionista	Professor de disciplinas pedagógicas no ensino médio
Professor leigo no ensino fundamental	Cozinheiro geral	Professor no ensino fundamental	Professor de ensino superior na área de prática de ensino

Fonte: RAIS – SEPRT/ME

3.3. Remuneração do trabalhador formal

Ao analisar o estoque de trabalhadores formais por faixas salariais (**Gráfico 12**), percebe-se que o efeito de concluir os ciclos educacionais leva a remunerações maiores. Em geral, quem possui o ensino fundamental completo recebe uma remuneração maior do que quem concluiu apenas o ensino fundamental I. O mesmo vale para quem concluiu o ensino médio e o ensino superior. Dentre os que terminaram o ensino médio, a faixa de renda majoritária situa-se até 1,5 salário mínimo. Enquanto os que possuem ensino superior completo detêm maior representatividade nas faixas de maiores rendas.

Gráfico 12 - Maranhão: Participação de vínculos formais, por faixa salarial e nível de instrução - 2019

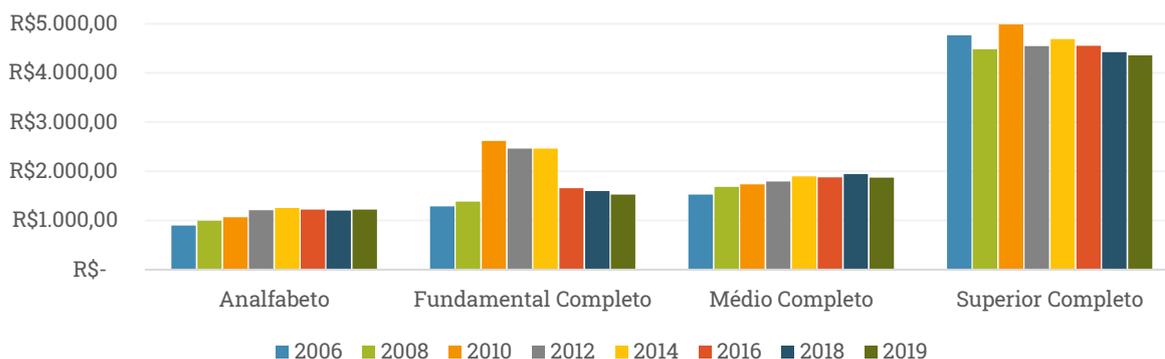


Fonte: RAIS – SEPRT/ME

Considerando a evolução salarial real segundo a escolaridade dos empregados (**Gráfico 13**), constata-se de maneira geral que o salário médio dos trabalhadores analfabetos apresentou trajetória estável entre 2006 e 2019. O período de recessão

econômica nacional impactou mais fortemente aos que possuíam como titulação máxima o ensino fundamental, cujo salário apresentou forte recuo nos anos posteriores a 2014. A relação é direta: com mais pessoas buscando colocação em um mercado que enxuga vagas, os aumentos salariais perdem força.

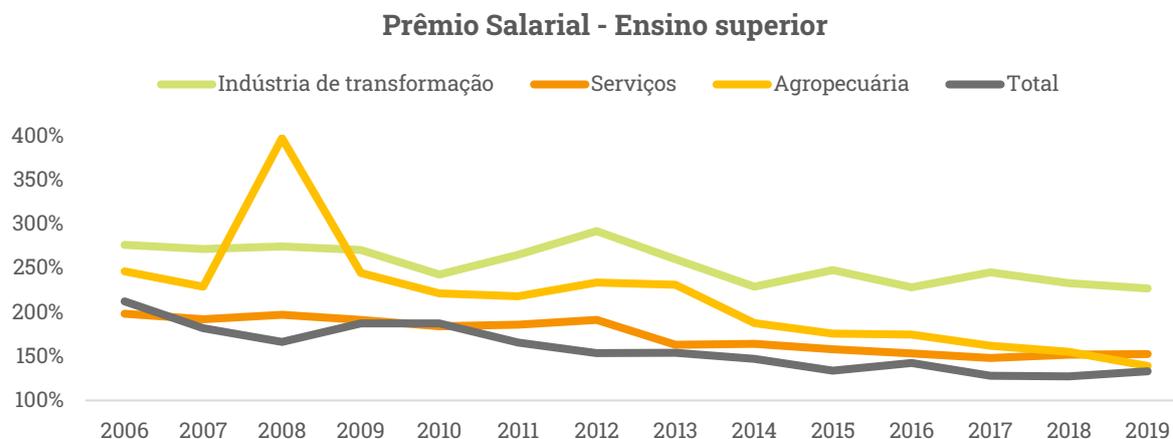
Gráfico 13 - Maranhão: Evolução do salário médio real por nível de instrução – inflacionados pelo IPCA a preços de dez/20 - 2006 - 2019



Fonte: RAIS – SEPRT/ME; IBGE

Ainda conforme **Gráfico 13**, para a faixa associada ao ensino médio houve elevação dos salários reais, apesar do ritmo menos intenso nos últimos anos da série. Enquanto que a remuneração dos trabalhadores com nível superior, apesar de exibir no ano de 2019 o menor patamar da série, representa mais que o dobro da remuneração dos que possuem o ensino médio como escolaridade máxima. A relação descrita pode ser explicada por meio do **Gráfico 14**, abaixo.

Gráfico 14 - Maranhão: Retorno salarial médio para trabalhadores com o ensino superior completo – por setores econômicos - inflacionados pelo IPCA a preços de dez/20 - 2006 - 2019

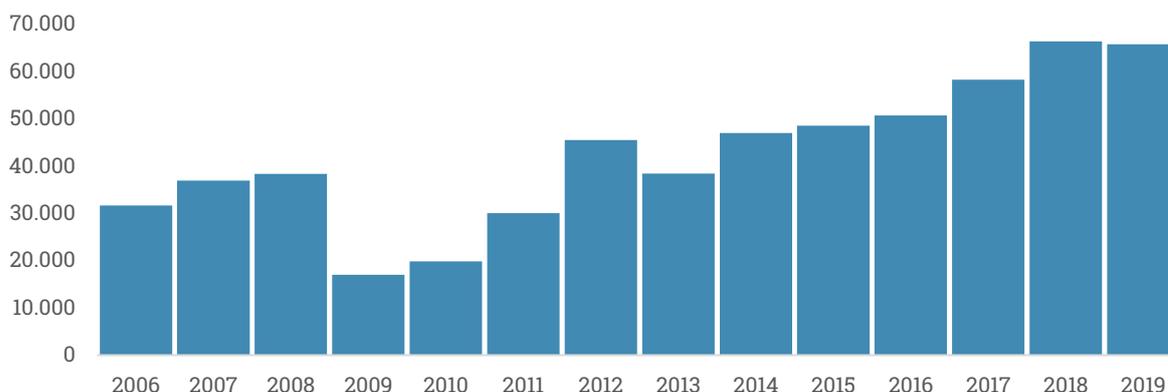


Fonte: RAIS – SEPRT/ME, IBGE

O indicador “prêmio salarial” mensura a diferença salarial média para cada ciclo educacional concluído. O **Gráfico 14** evidencia o maior retorno salarial para pessoas que

concluíram o ensino superior comparativamente aos que possuem o ensino médio como escolaridade máxima. A diferença salarial alcança mais de 220% no setor industrial e aproximadamente 150% nos Serviços. Contudo, a trajetória declinante indica um descolamento menor à medida que o acesso da população à educação superior se amplia ao mesmo tempo em que a economia entrou em um cenário de crise, indicando que os empregos associados aos níveis de escolaridade mais qualificados apresentaram ritmo de ampliação da oferta superior a demanda. Esse efeito ocasiona maior inserção de pessoas qualificadas em ocupações não compatíveis com o seu nível de escolaridade, pressionando os salários para baixo. O **Gráfico 15** abaixo, ao exibir a alta inserção de trabalhadores com ensino superior em ocupações voltadas ao ensino médio, conforme classificação CBO 2002, corrobora a trajetória do prêmio salarial e reforça o efeito de desmobilização de trabalhadores com baixa qualificação escolar.

Gráfico 15 - Maranhão: Trabalhadores formais com o ensino superior completo inseridos em ocupações de nível médio ou inferior - 2006 - 2019



Fonte: RAIS – SEPRT/ME

4. CONCLUSÃO

Nos últimos anos, o Brasil experimentou uma notória elevação no nível de escolaridade da população, fato decorrente de um sistema de políticas públicas voltadas a essa intencionalidade. Os resultados mais visíveis desse movimento foram vistos diante a redução do analfabetismo; a ampliação da rede de ensino fundamental; o aumento da cobertura do ensino médio e a expansão do número das pessoas com ensino superior, bem como instituições para este fim.

A trajetória de expansão educacional, principalmente no ensino médio e superior, repercute sobre o mercado de trabalho, que vem se tornando cada vez mais seletivo, o que favorece a oferta de trabalho qualificada. Com isso, em 2019, cerca de 84% da população maranhense que havia completado o ensino superior estava inserida na força de trabalho. Enquanto apenas 30% do contingente populacional em idade ativa analfabeto ou que não concluiu o ensino fundamental estava trabalhando ou buscando alguma ocupação.

Considerando o emprego com carteira no estado, a alta anual de 4,3% no nível de emprego formal entre os anos de 2006 e 2019 foi acompanhada de um crescimento de 6,2% a.a. no contingente de trabalhadores com o ensino médio completo ou superior, enquanto os menos escolarizados recuaram 0,5% a.a. Como resultado, em 2019 os trabalhadores com ensino médio completo ampliaram a sua participação, que compreende mais da metade do estoque de empregos formais do estado. Essa trajetória indica um processo de substituição de trabalhadores não qualificados por mão de obra com titulação intermediária no mercado de trabalho, em especial os trabalhadores que concluíram o ensino médio. Que, por um lado, implica em retorno produtivo, e por outro, é reflexo do chamado desemprego estrutural¹ condicionado pelas inovações tecnológicas e gerenciais.

A educação condiciona não somente a empregabilidade, entendida como a maior probabilidade de obter um emprego, mas também a possibilidade de ter acesso a postos de trabalho melhor remunerados. Assim, o efeito de concluir os ciclos educacionais leva a remunerações maiores. Em 2019, a remuneração dos trabalhadores maranhenses com nível superior representou mais que o dobro da remuneração dos que possuem o ensino médio como escolaridade máxima. Porém, a mudança na distribuição da escolaridade dos trabalhadores adultos se refletiu na maior oferta de mão de obra qualificada e, conseqüentemente, nos salários relativos dos grupos de escolaridade, influenciando a redução nos retornos da educação. Além disso, a vantagem salarial que um diploma universitário gera é reduzida se o profissional não consegue uma vaga no mercado de trabalho compatível com sua escolaridade, isso ajuda a explicar, atrelada ao aumento da oferta educacional e a desaceleração da economia, a queda do prêmio salarial ocorrida

¹ O desemprego estrutural é aquele gerado pela introdução de novas tecnologias ou de sistemas e processos voltados para a redução de custos.

no estado em meio ao processo de ampliação do número de diplomados.

A consequência de ter capacitados em ocupações que exigem baixa qualificação, é considerável. Esses trabalhadores sobre-educados vão auferir salários mais baixos do que poderiam alcançar e uma produtividade menor, o que dificulta o crescimento econômico do país.

Ademais, é importante enfatizar que apesar da expansão, a educação brasileira ainda possui muitos desafios a serem superados. Uma análise sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado no Congresso em 2014, com prazo para ser cumprido até 2024, aponta que três das 20 metas estabelecidas para melhorar a qualidade do ensino do país não só não estão sendo cumpridas como apresentam retrocesso, a saber:

- **Investimento público em educação:** para 2024, o objetivo era investir 10% do Produto Interno bruto (PIB) em educação pública. Entre 2015 e 2017, os gastos estiveram em torno de 5%. Em 2019, atingiu 7%.
- **Educação em tempo integral:** o objetivo era oferecer ensino integral em metade das escolas do país, atendendo 25% dos alunos da educação básica até 2024, mas os números caíram em vez de subirem. Em 2014, havia 42,6 mil escolas e 6,5 milhões de alunos em tempo integral. Em 2020, eram 27,9 mil escolas e 4,8 milhões de estudantes nesta modalidade.
- **Erradicação do analfabetismo:** a meta era ter 93,5% dos brasileiros acima de 15 anos alfabetizados até 2015; erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% o analfabetismo funcional a 13,5% até 2024. O quadro de analfabetismo funcional aumentou, uma vez que saiu de 27% da população de 15 a 64 anos com analfabetismo em 2015 para 29% em 2018.
- **Educação de jovens e adultos:** o plano previa oferecer ao menos 25% de matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) integrada à educação profissional. Mas em 2014 havia 2,8% das matrículas de EJA integradas, em 2020 o índice caiu para 1,8%.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), O Brasil avançou em todas etapas de ensino, mas apenas nos anos iniciais do ensino fundamental, do 1º ao 5º ano, cumpriu a meta de qualidade nacional estabelecida. O índice registrado nos anos iniciais no país passou de 5,8, em 2017, para 5,9, em 2019, superando a meta nacional de 5,7 considerando tanto as escolas públicas quanto as privadas. Todavia, nos anos finais do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, avançou de 4,7 para 4,9, ficando abaixo da meta fixada para a etapa 5.2. No ensino médio, passou de 3,8 para 4,2, a meta era 5.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - PNE**, Brasília. 2001.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior**, Brasília. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>.

Secretaria Especial de Previdência e Trabalho - SEPRT. **Relação Anual de Informações Sociais**, Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/economia>.